

**“UMA NEGRA QUE FUGIO,
E CONSTA QUE JÁ TEM DOUS FILHOS”:
FUGA E FAMÍLIA ENTRE ESCRAVOS NA BAHIA ***

Isabel Cristina Ferreira dos Reis **

Sabemos hoje que, apesar de sua longa vida no Brasil, a escravidão não existiu sem uma intensa resistência por parte dos negros escravizados, sendo muitas as formas de enfrentamento, desde a denominada resistência do dia-a-dia — sarcasmos, roubos, sabotagens, assassinatos, suicídios, abortos — até aspectos menos visíveis, porém profundos, de uma ampla resistência cultural.¹

A unidade básica de resistência no sistema escravista, seu aspecto típico, foram as fugas.² Estas iam desde as pequenas “escapadelas” para divertimento, prática religiosa, visita a parentes ou encontros amorosos, à fuga definitiva, preferencialmente um caminho sem volta, em que se buscava a construção de uma nova vida em liberdade, fosse em quilombos, fosse misturando-se com a população negra livre dos pequenos ou grandes centros urbanos.

* Este artigo é parte de minha dissertação de Mestrado em História intitulada “Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do Século XIX”, (Universidade Federal da Bahia, 1998). Agradeço à Prof^a Maria Inês Côrtes de Oliveira e ao Prof. João José Reis pelos comentários.

** Doutoranda na Universidade Estadual de Campinas.

¹ Ver Eduardo Silva, “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação” in João José Reis e Eduardo Silva, (orgs.) *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989), pp. 62-78.

² *Ibidem*, p. 62.

A partir da coleta de anúncios de fugas de escravos em periódicos baianos e da documentação policial de várias localidades da província no século XIX, torna-se evidente que as fugas de escravos eram uma prática cotidiana e a caça destes pelos seus senhores, intensa. Um escravo fugido, mesmo após capturado e freqüentemente castigado com rigor, podia fugir outras vezes, numa atitude destemida ou, às vezes, desesperada.³

Os jornais noticiavam os muitos quilombos que se formavam longe e nos arredores da cidade, assim como a preocupação, não só dos poderes públicos, como de toda a sociedade, com relação à ameaça que estes “ajuntamentos de negros fugidos” representavam à ordem vigente. Eis uma nota, publicada em 16 de fevereiro de 1825, no jornal *Grito da Razão*, advertindo sobre esta situação:

...sabemos de muitos quilombos actualmente formados fora da cidade, a saber: nos Mâres, Bate folha, estrada do R. Vermelho, Campo sécco, Cabula etc. e até nos afirmou huma pessoa digna de credito, existirem nestes quilombos armas de fogo, lanças, e outros intrumentos; dê-se quanto antes exata busca para que o mal não vá grassando, temos a tropa que faz a Policia, que até hoje nao tem descansado; para empregar toda energia a fim de desfeitar a tal negraria.⁴

A idéia de livrar-se do cativo permeava quase sempre o pensamento do escravizado. Poder viver em liberdade significava fazer, em tese, o que bem quisesse e entendesse de sua vida, apropriar-se do produto de seu trabalho, ter pleno direito de ir e vir.

³ A utilização de anúncios de jornais como fonte para a história da escravidão teve Gilberto Freyre como pioneiro, datando a primeira edição do seu livro de 1941. Freyre tomou como amostra principalmente o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio* (RJ), entre 1825 e 1888: Gilberto Freyre, *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, 2ª ed., São Paulo, 1979. Outros também se debruçaram exclusivamente sobre esta fonte para o estudo da escravidão, a exemplo de Luiz Mott, que desenvolveu sua pesquisa a partir de anúncios de fuga de escravos colhidos no *Correio Sergipense*, entre 1838 e 1864: Luiz Mott, “Os escravos nos anúncios de jornais de Sergipe”, *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (Águas de São Pedro, São Paulo, ABEP, 1986), pp. 3-18; mais recentemente ver, entre outros, Flávio dos Santos Gomes, “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”, *Tempo*, Rio de Janeiro, 1:1 (1996), pp. 67-93.

⁴ *Grito da Razão*, 16 fev. 1825, p. 3. Os jornais aqui citados fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional, a menos que indiquemos o contrário.

Desde muito cedo, crianças escravas desapareciam sozinhas do cativoiro. Era só encontrar uma oportunidade, um descuido das pessoas encarregadas de vigiá-las e começavam a perambular pelos campos ou pelas ruas das cidades. Podia tratar-se, muitas vezes, de escapadelas efêmeras, travessuras de meninos e meninas, mas certamente estava explícito, neste ato de escapular, o desejo de liberdade.⁵ Quando uma criança negra desacompanhada despertava a desconfiança de alguém, era apreendida, sendo, muitas vezes, entregue aos inspetores de quartirão, quando se tratava de área urbana, ou ficando sob a guarda de quem a encontrara, até aparecer o seu proprietário ou pessoa que provasse ser o responsável por ela.

Muito freqüentemente, eram publicados nos jornais anúncios informando à população sobre o desaparecimento de escravos, fossem homens, mulheres ou crianças, o que facilitava a captura. Foi também prática corrente aquele que encontrasse um escravo fugido valer-se dos jornais a fim de informar à pessoa interessada sobre o seu paradeiro. O denunciante quase sempre visava as recompensas oferecidas pelos proprietários dos escravos, no caso de informações ou captura do fujão:

No dia 14 do corr^o appareceu em casa do abaixo assignado, á ladeira da Palma, nº 104, uma criancinha de 10 a 12 a^s de idade, dizendo se forra: q^m for seu dono dirija se ao annunciante, q dando os signaes competentes lhe será entregue – Luiz Olegaro Alves.⁶

Pelo Juizo de Paz do 2^o Districto da Freguezia de S. Pedro Velho, se faz publico que foi achada na loja de um sobrado onde pernottou uma mulatinha que terá 12 annos pouco menos, a qual declara ser captiva; portanto as pessoas que se julgarem com direito á ella compareção para lhes ser entregue com as formalidades legaes, a qual se acha recolhida às cadeias da Relação desta cidade.

Bahia 23 de julho de 1838.⁷

⁵ Ver Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo/Salvador, Hucitec/Edufba, 1996, especialmente o capítulo 5, “Meninos vadios, moleques e peraltas”.

⁶ *Correio Mercantil*, 17 fev. 1841, nº 38, p. 5.

⁷ *Correio Mercantil*, 27 jul. 1838, nº 519, p. 4.

Escravo de D. Olympia Joaquina de Oliveira, moradora da Rua das Laranjeiras, nº102, Maximo era um mulatinho magro, de olhos vivos, beijos grossos, muito falante, com uma saliência de cada lado da testa. Travesso, Maximo tinha apenas 12 anos de idade e já era um fujão costumaz, “quando fugido costuma dizer-se forro, não ter mãe nem pai e mudar de nome”.⁸

Ele saiu da casa de sua senhora tendo o cabelo cortado “a meia cabeleira”, paletó e calça de brim azul desbotados, camisa branca, botina de couro e chapéu-de-itália. Pela descrição da vestimenta de Maximo, podemos concluir que não se tratava de um escravo qualquer. A maioria deles andava descalço, em calça e camisa de tecido rústico; além do mais, ele sabia ler e escrever um pouco.

A proprietária de Maximo informou já ter obtido várias notícias sobre ele. Que fora visto no Largo da Piedade, em companhia de outro homem, com traje diferente do que fugira de casa. Fora visto outra vez na Barra, onde informaram que ele havia seguido para Itapuã. As últimas informações davam conta de que ele tinha sido visto vagando pela roça do Gantois.

O anúncio da fuga do escravinho foi publicado durante vários dias no jornal *O Alabama*. Maximo, nesta sua investida, mostrou-se bastante experiente na arte de escapular, ao trocar de vestimenta e se movimentar rapidamente por toda a cidade, pois mesmo tendo sido visto várias vezes, ainda não tinha sido apreendido. Não sabemos quanto tempo durou a sua fuga ou se D. Olympia Joaquina conseguiu algum dia recuperá-lo. Com apenas 12 anos de idade, o escravo ainda lhe seria muito útil na prestação de serviços, razão pela qual ela ofereceu 25 mil réis como recompensa a quem o encontrasse.

Um aspecto que nos interessa particularmente é o das fugas em família. Um escravo podia buscar a liberdade sozinho ou acompanhado de um ou mais parceiros. Temos notícias de fugas em grupo de escravos pertencentes a um mesmo engenho. Porém as fugas empreendidas quer por membros de uma mesma família escrava — pai, mãe, filhos, irmãos, parentes — quer por casais de escravos casados legalmente ou

⁸ *O Alabama*, 13, 20 e 24 jan. 1866, p. 4.

que mantinham relação consensual — parceiros afetivos freqüentemente denominados nos anúncios como “amásios”, “camaradas” —, que juntos decidiam conquistar a liberdade, têm um sentido muito especial. Representam o desejo de viver em liberdade e a liberdade incluía a companhia dos seus.

Foi anunciada, no *Correio Mercantil* de 3 de abril de 1840, a fuga dos irmãos Bernardino e Manoel, que se encontravam desaparecidos há um ano. Eles tinham mais de vinte anos e pertenciam a Antonio Francisco de Souza, morador na Vila do Lagarto, em Sergipe. Seu proprietário anunciou num jornal baiano por acreditar que, portando passaportes falsos, não seria impossível que estivessem vivendo na Bahia, passando-se por livres.⁹

Também fugiram juntas do cativo as irmãs crioulas Maria e Luiza, escravas de Maria Francisca do Carmo, moradora a Rua do Jenipapeiro, em Salvador. Luiza, além da criança que levava no ventre, levou consigo um filho de um ano de idade.¹⁰

Muitas escravas, como Luiza, fugiram grávidas ou levando seus filhos, muitas vezes ainda pequeninos, a exemplo de Anna, escrava crioula, jovem, com apenas 16 anos de idade, “pejada em véspera de parir”. Em 1841, foi anunciada sua fuga com a promessa de ser bem recompensado aquele que a levasse de volta ao cativo.

Anna foi descrita como sendo de “estatura ordinária, tem alguns signaes de panno pela cara”. Naquele estado, para onde teria se dirigido? Com que forças e com quais anseios empreendeu tamanha aventura? Algum outro negro, talvez o pai da criança, a teria auxiliado na fuga? Anna fugiu, para onde não se sabe, “consta ter andado estes dias pela freguesia de Sto. Antonio e Pilar”, ainda na capital da Bahia. Seu senhor ameaçou proceder na forma da lei contra quem a tivesse acoitado, além de cobrar o pagamento dos dias de serviço da mesma escrava. Isto indica que ele suspeitou que ela fora auxiliada na fuga. Um outro dado importante é que o senhor de Anna a mantinha trabalhando “as vésperas de parir”. Teria fugido por tal tratamento?¹¹

⁹ *Correio Mercantil*, 3 abr. 1840, p. 4.

¹⁰ AEBA-*Diário da Bahia*, 10 jan. 1863, p. 4.

¹¹ *Correio Mercantil*, 26 jan. 1844, p. 4.

Com apenas dez meses de idade, um menininho “fulo, embigudo e de pernas arquiadas” estava sendo procurado, ele e sua mãe. Tão novinho e já freqüentando o rol dos fujões. Sua mãe, a negra “fula” Maria, aparece descrita como tendo “no meio dos peitos umas costuras de ferimentos que recebo, outras no meio da cabeça, e outra no meio das costas”. Como teria Maria se machucado tanto? Seriam esses ferimentos marcas de castigos, prova cabal de crueldade senhorial? Essa Maria é mais uma negra fujona, que não abriu mão de sua maternidade, empreendendo a fuga com um filho, o que certamente dificultaria sua mobilidade e facilitaria sua identificação por ávidos caçadores de recompensa.¹²

Muitos outros casos de mulheres escravas que fugiram levando seus filhos podem ser enumerados. Felicidade, africana nagô, propriedade de Bartholomeo Francisco Gomes, desapareceu com duas filhas, uma parda de nome Brígida, com 5 anos, outra crioula, com 2 meses, de nome Maria. No jornal, o proprietário de Felicidade “protesta[va] haver todos os seus prejuízos, e acusar criminalmente por crime de roubo de escravos à pessoa em cuja casa ou poder for encontrada a referida escrava e crias”.¹³

Hilária, escrava de Francisco José Monteiro de Carvalho, também fugiu com seus dois filhos.¹⁴ Paula, crioula, fugiu com sua filha de nome Olivia, 6 a 7 anos de idade. Seu senhor, Benjamin Vieira Dantas, prometeu recompensar generosamente a quem desse notícias, assim como cobrar por dias de serviço e de usar de toda ação legal competente contra o detentor.¹⁵

Já Eudoxia, africana nagô, desapareceu da casa do padre José Dias — sinal de que não era menos ruim ser escrava de padre — com suas três filhas, Margarida de 7 anos, Omissias de 4 e Joana de 2.¹⁶ Outra escrava, Luiza, mulata, já com 50 anos, provavelmente longa vida em cativeiro, fugiu e levou três filhos, escravos como ela: Esmeraldo de 8 anos, Firmino de 5 e outro de apenas um ano de idade, “ainda por baptizar-

¹² *Correio Mercantil*, 20 mar. 1841, p. 4.

¹³ *Correio Mercantil*, 22 maio. 1844, p. 4.

¹⁴ *Correio Mercantil*, 7 jun. 1841, p. 4.

¹⁵ *Correio Mercantil*, 3 out. 1840, p. 4.

¹⁶ *Correio Mercantil*, 1º mar. 1844, p. 3.

se”. Aos 50 anos, é provável que já tivesse tido muitos outros filhos afastados dela por venda ou outra razão qualquer. Estes ela quizera manter.¹⁷

Como estas escravas conseguiram fugir levando crianças? Tinham esperanças de viver tranqüilamente e criar seus filhos como se fossem pessoas livres? Não teria sido mais fácil fugirem sozinhas a se fazerem acompanhar de criaturinhas tão dependentes dos seus cuidados? Estas mulheres preferiram correr riscos a abandonar seus filhos à própria sorte.

Foram mulheres que, inconformadas com a sua condição servil, tiveram não só um comportamento rebelde como muitas vezes extremamente audacioso, a exemplo da parda Constancia, que fugiu do cativo levando sua filha, Antonia, tendo chegado ao conhecimento do proprietário desta escrava a surpreendente notícia de que ela se encontrava em Salvador pedindo “esmola” ou “adjutorio” para forrar-se. Temos conhecimento de negras libertas que lançaram mão deste expediente para conseguir alforriar filhos então escravizados, aproveitando-se principalmente de momentos festivos, a exemplo das festas católicas. Não duvido que mulheres escravizadas também apelassem para a caridade pública a fim de conseguir recursos para sua alforria e/ou de familiares, mas esta atitude seria inadmissível para uma escrava fugida, a exemplo de Constancia.¹⁸

Muitas outras escravas podem ter optado por abandonar seus filhos nas fugas, prática, porém, que não parece ter sido corrente entre as mulheres fugitivas, pelo que deixam transparecer os anúncios. Para reforçar esta hipótese, lançamos mão do exemplo da africana jeje Lucinda.

Desaparecida há mais de oito anos, a escrava, antes de fugir, ocupava-se do serviço de casa de Joaquim Antonio de A. Seixas. Ao sumir, Lucinda deixou um filho, razão pela qual o seu proprietário presumiu que ela tivesse sido furtada, ou seja, o senhor da escrava acreditava que se ela tivesse fugido, certamente teria levado o filho então abandonado.¹⁹ A desconfiança sobre o furto da escrava é pertinente, uma vez que isto ocorria com muita freqüência. Furtos não só de escravos adul-

¹⁷ *Correio Mercantil*, 27 abr. 1841, p. 3.

¹⁸ *Idade d'Ouro do Brazil*, 10 nov. 1815.

¹⁹ *Correio Mercantil*, 24 out. 1838, p. 4.

tos como principalmente de crianças, que acabavam sendo vendidos em outras localidades, distantes de seus verdadeiros senhores.²⁰

Ao nos depararmos com anúncios denunciando a fuga de casais escravos, imaginamos as prováveis motivações ou sentimentos que os teriam impulsionado a empreender tal ato. Teria sido a incerteza de seus destinos, provavelmente a separação, já que corriam o risco de serem vendidos a diferentes senhores? O temor de serem enviados para lugares distantes, até mesmo para fora da província, e nunca mais se encontrarem de novo? Se esta hipótese for correta, não podemos deixar de concluir que tivessem o desejo de preservar suas relações afetivas, superando o medo de empreender uma fuga, sempre empreendimento de risco.

Não podemos afirmar que a motivação da fuga de João e sua mulher Margarida tivesse sido o medo da separação. Temos conhecimento apenas de que eles eram escravos de Victorino Alves Pereira, e que, na noite de 2 para 3 de agosto de 1841, fugiram sem deixar vestígios. Nessa ocasião, tinham sido remetidos por seu proprietário a Manuel Lopes Rodrigues, para serem vendidos.²¹ Um outro casal também fugiu na madrugada do dia 30 para 31 de agosto de 1844. Tratava-se do africano angolano Joaquim e da crioula Maria Euzebia, “casados”, residentes no Engenho Lagoa. O proprietário do casal ofereceu 100\$000rs. como recompensa para quem os apresentasse.²²

A persistência em preservar relações afetivas levou homens e mulheres a cometerem atos imprevisíveis, e muitas vezes violentos, como denota o episódio envolvendo o crioulo liberto Marcello e uma escrava de Henrique Duarte, negociante da Cidade de Santo Amaro, no Recôncavo baiano. Há muito tempo o liberto vivia “amaziado” com a escrava de Henrique Duarte, até que este resolveu vendê-la. A fim de impedir a venda da escrava, o casal teria tramado o assassinato do proprietário dela. De acordo com o registro policial, familiares do senhor teriam en-

²⁰ Sobre furto de escravos, ver Marcus J. M. Carvalho, “Quem furta mais e esconde: o roubo de escravos em Pernambuco”, *Estudos Econômicos*, 17 (1987), pp. 89-110 e João José Reis, “Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro: Bahia, 1806” in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1996), pp. 332-372.

²¹ *Correio Mercantil*, 5 ago. 1841, p. 4.

²² *Correio Mercantil*, 11 set. 1844, n. 193, p. 3.

contrado entre os pertences da escrava uma porção de “ruzulgar”, uma substância venenosa que teria sido dada pelo amante da escrava. Descoberto o plano, e mesmo não tendo sido castigado, o casal resolveu evadir-se. Algum tempo depois, através de um capitão-do-mato, colocado pela polícia no encalço dos fugitivos, descobriu-se que estes encontravam-se próximos da Comarca de Cachoeira, cidade vizinha, onde foram finalmente capturados.²³

Os que permaneciam em cativeiro quase sempre tinham dificuldades para preservar e cultivar suas relações amorosas, principalmente se tratando de escravos pertencentes a diferentes senhores. O problema poderia ser iniciado com um simples namoro, como o que descreveremos abaixo, até ganhar as proporções letais do caso descrito acima, em que, por pouco, o proprietário da escrava não morreu envenenado.

Foi para evitar maiores complicações que o chefe de polícia Arnaldo Goes condenou o escravo Manoel a ser castigado com quinze chicotadas. A intenção era assim inibir o escravo, acusado de andar pulando a cerca que dividia duas propriedades, “dando cauza a isso huá preta (...) que lhe dava coito”. De nada adiantou a defesa que dele fez José Coêlho, proprietário de Manoel, alegando que seu escravo tinha sido preso arbitrariamente, quando voltava da fonte nos fundos de sua rocinha, tendo sido espancado e maltratado em decorrência de insinuações e suspeitas que já haviam sido averiguadas muito anteriormente.

Para José Coêlho, o ocorrido se deu em perseguição à sua pessoa, uma vez que Manoel não foi apanhado em flagrante e sim “prêzo em pacífico trabalho de seu senhor em alto dia [eram 8 horas da manhã], e no interior de sua propriedade”. Disse ainda que, caso Manoel tivesse sido flagrado, ele seria o primeiro a requerer o castigo. Não deixando de considerar as desavenças havidas entre os proprietários dos escravos e a possibilidade de Coêlho ter sido vítima da “perseguição” por ele mencionada, tudo indica que, a despeito da vigilância de seu senhor e do proprietário da escrava, Manoel continuava dando as suas escapadinhas para encontros amorosos com a escrava do vizinho.²⁴

²³ APEB, Juizes de Sto. Amaro, 1837-1839, maço 2582.

²⁴ APEB, Polícia, 1854, maço 6310.

As ameaças feitas por proprietários de escravos àqueles que dessem apoio a escravos fugidos são uma constante nos anúncios de fuga. Isto sugere que, em muitos casos, talvez na maioria das vezes, as fugas fossem planejadas antecipadamente, com a ajuda tanto de outros escravos como de pessoas livres. Em se tratando de mulheres, estas poderiam ter contado com a participação dos companheiros ou pais dos seus filhos. O proprietário da africana nagô Thereza, que fugiu em 26 de março de 1840, esteve atento a isto, e seu anúncio no jornal denuncia a existência de toda uma rede de apoio nas fugas, não uma pessoal em especial:

...o annunciante roga a todos os Srs. q. tem escravos mandem correr seos armazens, lojas ou quartos, pois he muito sabido q. os pretos as guarda [sic] por muitos dias; ... o annunciante já tem tirado a mesma escrava, de varios quartos, e o mesmo o faça o Sr. Marcineiro na lad. da Misericordia, descendo para baixo a primeira tenda; foi encontrada em S. Miguel em cia. de seos moleques; o annunciante avisa para q. ninguém se pegue á ignorancia (...).²⁵

Também Manuel do Nascimento Ribeiro, residente na Fazenda do Campo do Meio, termo de Santa Isabel, anunciou a fuga de duas crioulas, Maria Joana de 45 anos de idade, e sua filha Custodia de 20 anos, que, por sua vez, também levou consigo uma filha de “2 meses e tantos, que parece cabra, já baptizada, e chama-se Isabel”. Temos aqui a fuga de três gerações simultaneamente!

O proprietário das escravas supôs “que forão seduzidas por um cabra de nome Luiz, escravo do major Deraldo de Britto Gomdim, o qual escravo andava aqui oculto fugido, e é alto, magro e bastante surdo”. As escravas esconderam Luiz, aguardando o melhor momento para escapulirem com ele. O tipo de laço existente entre as escravas e o escravo do major nós não sabemos. Seria ele pai de Custodia? Ou de Isabel?²⁶

A existência de redes de apoio nas fugas justificaria as constantes ameaças senhoriais de punição a seus participantes. Encontramos, na *Gazeta da Bahia* do dia 28 de janeiro de 1879, uma curiosa notícia,

²⁵ *Correio Mercantil*, 28 mar. 1840, p. 3.

²⁶ *APEB-Diário da Bahia*, 18 fev. 1863.

dando conta do ocorrido a dois capitães-do-mato em Massuhy, na Freguesia de Passé, na ocasião em que conduziam presa uma escrava fugida ao seu senhor. Segundo o noticiário, os caçadores de escravos fugidos “foram agredidos traiçoeiramente por três indivíduos, um delles amasiado com a referida escrava, os quais armados de foice esperavam as victimas occultos em uma matta”.²⁷ A forma como se deu a ação dos libertadores da escrava fugida demonstra não só um planejamento prévio, como determinação para o sucesso da missão, à vista da violência então empregada por seus executores:

(...) Benjamin e Neves cahiram logo sob as foiçadas dos aggressores, o primeiro ferido e com a coxa direita fracturada, e o segundo com um grande golpe no ventre e o braço direito decepado, ficando este seguro ao tronco apenas por um pedaço de pelle.

O noticiário denunciava ainda que, segundo informações recebidas, “factos d’essa natureza são freqüentes n’aquella freguesia, quasi sempre provocados pelo principal autor do que acabamos de narrar, e um seu filho, chefes de uma quadrilha de malfeitores que ali ha, e que a impunidade é que os tem animado”. Essa “quadrilha de malfeitores”, pelo que deixa transparecer, deve ter feito o bem a muitos negros e negras até então escravizados, dando-lhes apoio na fuga, propiciando-lhes a liberdade. No episódio acima mencionado uma motivação especial: a fujona resgatada das garras dos capitães-do-mato era “amásia” de um dos “malfeitores”.

Os casos de fuga acima citados podem ter terminado com retorno ao cativeiro ou não. Muitos escravos fugidos conseguiram permanecer incógnitos por muito tempo, vivendo nem sempre muito distante de seus senhores. Trocavam de nome, procuravam uma ocupação, arranjavam parceiros que poderiam ser também escravos fugidos ou libertos ou até mesmo livres; tinham filhos, constituíam famílias. Viviam como se fossem livres.

Foi o que aconteceu em 1819 a um escravo de Manoel Marques da Rocha e Queiroz. O pardo, chamado Joaquim Ferreira, encontrava-

²⁷ *Gazeta da Bahia*, 28 jan. 1879.

se foragido há 25 anos, até ser visto no “Rio das Pedras em caminho de Itapõa”, em companhia de um filho. De acordo com a denúncia, o fugitivo dizia chamar-se Joaquim Xavier de Santa Anna e já ter passado tempo na cadeia de Salvador três anos atrás. Seu senhor, ao receber notícias do paradeiro de seu escravo fujão, prometeu “boas alviçaras” a quem o achasse e prendesse.²⁸

O africano cabinda José desapareceu, em 6 de janeiro de 1839, do poder de José Antonio Gonçalves Bastos. Ele era padeiro e fugira da padaria onde trabalhava, localizada na Piedade, no centro de Salvador. Decorridos quase 2 anos do desaparecimento, seu senhor ainda continuava publicando anúncios no *Correio Mercantil* e oferecendo a recompensa de 80\$000 rs. (oitenta mil réis) a quem o trouxesse até a padaria. Num anúncio publicado em 4 de dezembro de 1841, foram oferecidas pistas sobre o paradeiro do fujão:

Consta q. há dois mezes andara na villa de S. Amaro vendendo miudezas e dizendo q. era forro, e d’ali se transportara p^a uma fazenda em Caravellas, d’onde foi comprado, e está com uma negra q. fugio juntamente com elle, e consta q. já tem dous filhos (...).²⁹

Causa espanto a capacidade de circulação destes escravos, que, tendo fugido da capital da Bahia, já teriam passado por Santo Amaro (Recôncavo baiano) e acabaram indo dar em Caravelas (região sul da província), retornando exatamente para o local onde o africano havia sido originalmente comprado por José Bastos. O africano pode ter ido ao encontro de parentes ou de malungos; ou ainda ter ido em busca do “patronato” do ex-senhor. De qualquer sorte, voltara para um lugar onde era conhecido, confiante de que encontraria proteção e de que não seria denunciado. A pessoa que trouxesse José de volta à padaria teria as despesas pagas, a recompensa oferecida pelo senhor do escravo, “além da gratificação q. o sr. da negra lhe quizer dar”.

Sobre a companheira de José não temos notícia, não encontramos anúncio de sua fuga. Se esta família fosse encontrada, provavelmente seria separada, o pai para um lado, a mãe e as crianças para o outro. As

²⁸ *Idade d’Ouro do Brazil*, 16 mar. 1819.

²⁹ *Correio Mercantil*, 4 dez. 1841, p. 3.

“crias” eram por lei propriedades do dono da escrava, uma vez que a condição servil era determinada pelo estatuto jurídico da mãe, se esta tinha ventre livre ou escravo. Assim sendo, os proprietários das escravas sempre reivindicavam a posse dos filhos tidos por elas enquanto fugidas.

A escrava de Bernardino de Senna Marques, Luiza, parda de 20 a 30 anos de idade, havia fugido fazia três anos, ocasião em que se encontrava grávida e “prestes a parir”. O seu proprietário, ao saber que ela se encontrava nos sertões do Rio São Francisco e vizinhanças da Vila de Xiquexique, já com três “crias”, solicitou ao juiz municipal local que passasse uma carta precatória e de prisão da escrava e de seus filhos às “Justiças Municipais e de Paz” daquele lugar. Luiza, que fugira grávida, pariu mais dois filhos, que poderiam ter como pai um homem livre, liberto ou escravo fugido como ela e que passaram a ser reivindicados enquanto propriedade de seu senhor.³⁰

Um dado importante e que merece ser aqui destacado é que o envolvimento afetivo de escravos com libertos e livres ocorria com muita frequência nos centros urbanos, onde a mobilidade geográfica e ocupacional era maior, uma vez que, quase sempre, além dos afazeres domésticos, os escravos circulavam pelas ruas da cidade prestando serviços, vendendo ou carregando coisas a mando de seus senhores, trabalhando como ganhadeiras e ganhadores, ocorrendo assim uma maior interação entre eles e outros setores da população negra. Faremos um breve parêntese para contar um episódio que evidencia uma relação afetiva vivenciada por indivíduos com estatuto jurídico diferenciado no centro urbano de Salvador. Aqui não se trata de fugitivos — não descartamos, entretanto, a possibilidade de que Cypriano, escravo de Antonio Caetano Lopes dos Reis, costumasse dar umas rápidas fugidinhas para namorar com a crioula livre Cyrilla Maria da Piedade. Na noite do dia 3 de maio de 1869, Cyrilla encontrava-se na casa onde morava, uma loja da Rua da Barroquinha, em companhia de seu “amásio” Cypriano, ocasião em que ele a agrediu, queimando-a com água quente “na região auricular direita e sua circunvizinhanças”. O episódio foi motivado por ciúmes.

³⁰ APEB, Seção Judiciária, Auto n°11, maço 4506, Bernardino de Sena Marques (autor) e Luiza (ré), Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira-1842.

Na manhã do dia seguinte, os envolvidos no caso foram parar na subdelegacia da Freguesia de São Pedro: Cyrilla queixou-se da agressão, sendo encaminhada para fazer exame de corpo de delito, através do qual se constatou que ela tinha sofrido “offensa leve”. Cypriano foi detido por ordem do subdelegado logo após a queixa de sua amásia. Antonio Caetano Lopes dos Reis foi em defesa de sua propriedade, o escravo Cypriano.

O caso acabou não tendo processo na justiça, uma vez que não houve prisão em flagrante do acusado. Cyrilla desistiu formalmente de registrar queixa, bem como de qualquer procedimento repressivo ao agressor; e o senhor de Cypriano, atendendo às reivindicações da crioula liberta, arcou com o ônus pelo comportamento destemperado de seu escravo: comprometeu-se pelo pagamento de 30.000 réis “para fazer face ao tempo de quinse dias que provavelmente [Cyrilla] não poderá trabalhar, sugerindo-se (...) a ministrar lhe os medicamentos e Medico para seu tratamento”.³¹

Não sabemos se a relação amorosa do escravo com a crioula liberta resistiu a esta intempérie, se eles passaram a administrar de forma ponderada o ciúme que sentiam um do outro. Não sabemos também se o relacionamento do casal não passou a contar com uma veemente oposição do proprietário de Cypriano, que obviamente não tinha muitos mecanismos para controlar os passos de seu escravo, que provavelmente desenvolvia atividades variadas no movimentado centro urbano de Salvador da segunda metade do século XIX. Quanto ao escravo, certamente foi obrigado a trabalhar arduamente para reembolsar ao senhor cada centavo que ele teve de despender, a fim de livrá-lo de um processo-crime.

Após este parêntese voltamos aos casais fugitivos com estatutos jurídicos diferentes. O crioulo livre Athanzio Victorino, por exemplo, acabou sendo preso e encaminhado às autoridades, com a sugestão de que fosse enviado para o serviço na Marinha, uma vez que “declara(va) ser solteiro e não tem defeito algum”. Athanzio seria assim punido porque estava vivendo há três meses com uma negra fugida, escrava de uma senhora viúva, moradora no Engenho Moribeca, em Santo Amaro.

³¹ APEB, Polícia. Delegados, 1869-1870, maço 6240.

Ele seria punido por ser coiteiro de escrava fugida, mas era, na verdade, seu parceiro amoroso.³²

Hermenegildo já servia nas forças armadas como soldado do 7º Batalhão de Linha, de onde desertou e desapareceu em companhia da escrava Máxima, de pouco mais de trinta anos de idade, pertencente a Manoel Antonio de Cerqueira Lima. Consta na documentação que, com certeza, Maxima encontrava-se “homisiada” em Villa Nova da Rainha (atual cidade de Bonfim) juntamente com o desertor, “em cuja companhia ela vive”; e que “a dita cabra fugio d’aqui no mesmo dia em que desertara esse soldado”.³³

Já o escravo Jovêncio, crioulo pertencente a Luiz Augusto Villasboas, fugiu em 8 de agosto de 1863. Segundo informações do registro policial, em correspondência expedida ao subdelegado do Distrito da Vitória, “consta que anda no distrito da jurisdição de Vm^{ce} [Vitória] onde tem uma amasia por nome Cecilia africana liberta”.³⁴ As relações amorosas com certeza fizeram aflorar nesses indivíduos, de forma mais intensa, o desejo de viver em liberdade.

Para João José Reis a fuga freqüentemente se dava para promover a reunião de famílias e amizades escravas separadas pela venda, mudança de domicílio senhorial e outras circunstâncias. Em “Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro” Reis cita casos relacionando fugas, parentesco e acoitamento neste quilombo.³⁵ Constatamos que, em muitos anúncios, os senhores fizeram referência ao provável destino tomado pelos fugitivos. Nestes casos, era uma constante a menção à possibilidade de eles terem ido ao encontro de parentes forros ou até mesmo escravos residentes em outras localidades. Isto demonstra não só o conhecimento da existência desses parentes como a importância a eles atribuída tanto pelo escravo como pelo senhor.

André, cabra de mais ou menos 25 anos, oficial de pedreiro, fugiu em fevereiro de 1840. No anúncio em que se oferecia 50 mil réis pela

³² APEB, Juízes de Sto. Amaro, 1837-1839, maço 2582.

³³ APEB, *Polícia: Registº de corresp. Expedida para delegados, 1866*, maço 5792, fls. 12/13.

³⁴ APEB, *Polícia: Registº. de corresp. expedida para subdelegado, 1868-69*, maço 5803, fl. 109.

³⁵ Reis, “Escravos e coiteiros”, p. 353.

sua captura, informava-se que ele era “nascido em Piripiri, onde tem mãe e irmãos (forros)”. Desta forma, o senhor informava que “Piripiri” era um lugar muito provável de refúgio para seu fujão.³⁶ No anúncio de fuga de um negro mina, de mais ou menos 20 anos, fugido em 5 de março de 1841, se menciona que ele tinha “mãe na rua de Sto. Antonio”.³⁷ Já o crioulo Antonio, de 24 a 26 anos de idade, alfaiate, residente em Santo Amaro da Purificação, fugido, então, há um ano e sete meses, era “filho da Villa da Cachoeira a donde tem mãe; já foi visto em Jaguaripe ou Maragogipe”, áreas circunvizinhas a Cachoeira. Foram oferecidos 50\$000 réis pela sua captura.

Manuel, crioulo, fugido, então, há onze dias da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aporá, “foi visto nesta cidade no dia 16 do mesmo mez. Como tem Mãe e uma irmã libertas, na Encarnação, Capella filial da Madre de Deos da preguiça, não deixaria de procurar áquelle lugar”.³⁸ Renato, copeiro de 18 a 20 anos, foi escravo do Dr. Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima. Algum tempo após a morte deste, sua viúva remeteu o escravo para ser vendido na Corte, de onde ele fugiu seis meses depois, no primeiro dia de julho de 1871. “Embarcou, segundo consta no vapor de S. Jacintho no dia 10 ou 12 em direção a Bahia, onde tem mãe e irmãos”.³⁹

Manoel Amaro, de 28 anos, fugiu do Engenho de Crauassu em 15 de agosto de 1841, e “consta a seu senhor que o dito pardo se acha ou estivera em Maragogipe, em casa de um tio que ali tem também pardo, que foi escravo do fallecido barão de São Francisco, e tem servido de feitor d’engenhos no termo daquella villa, de nome Claudino”. A solidariedade familiar, como se vê, se estendia além dos laços de sangue ou da chamada família nuclear.⁴⁰

Na família escrava senhorial havia mãe, filhos e irmãos apenas; note que, em todos os casos, são mencionados mãe e irmãos. O pai, quase sempre, não existe num discurso senhorial, porque não é figura significativa na definição do escravo, já que é o estatuto da mãe que

³⁶ *Correio Mercantil*, 3 nov. 1840, p. 3.

³⁷ *Correio Mercantil*, 8 mar. 1841, p. 4.

³⁸ *Correio Mercantil*, 20 jun. 1841, p. 4.

³⁹ *APEB-Jornal da Bahia*, 31 ago. 1871, p. 4.

⁴⁰ *Correio Mercantil*, 2 dez. 1841, p. 3.

garante aquele do filho. Mesmo assim, não se pode dizer que, por não estar presente no discurso senhorial, o pai estivesse ausente da vida do escravo. Embora mais rara, a presença do pai também aparece na cadeia de solidariedade com o negro em fuga.

Talvez a fuga da crioula Claudiana, de aproximadamente 20 anos de idade, só tenha durado o tempo suficiente para que desfrutasse brevemente da companhia de seu pai, escravo de uma figura de destaque na Província da Bahia, o “Ex^{mo}. Senr. Conde de Passé”. Claudiana foi descoberta em companhia de seu pai, Antonio Pijápú, no Engenho Pindoba, na Freguesia do Passé, no Recôncavo. O proprietário de Claudiana, Antonio José Guimarães, morador no bairro da Soledade, em Salvador, reclamou ao chefe de polícia a posse de sua escrava, já que não conseguiu entender-se com o conde, que se encontrava doente. A autoridade policial solicitou ao subdelegado da Freguesia de Passé que “pelos meios convenientes faça com que a escrava em questão seja entregue á seo senr. que perante mim reclama”.⁴¹

A liberdade do escravo fugido estava sempre por um fio. Um fugitivo não podia descuidar um momento sequer para não ser descoberto e capturado. Afinal, os proprietários de escravos fujões estavam sempre vigilantes, à procura deles, mesmo muito tempo depois do seu desaparecimento. Publicavam anúncios nos jornais, mesmo decorridos muitos anos da fuga, bastando que tivessem algum indício do paradeiro dos fugidos para alimentarem a esperança de recuperá-los, alertando as autoridades locais e a sociedade como um todo.

Na sociedade escravista, tanto a classe senhorial como os seus setores livres foram, em geral, quase sempre solidários entre si, denunciando a presença de negros suspeitos. Digo quase sempre, porque não foi raro um indivíduo se apropriar do escravo alheio, permitindo-lhe a permanência em sua propriedade, fazendo vistas grossas à sua procedência, para desfrutar de seus serviços.

De acordo com Marcos Carvalho, muitas vezes o escravo fugido se dizia furtado, utilizando-se deste subterfúgio para trocar de senhor:

⁴¹ APEB, Polícia: Regist^o de Correspondência expedida entre sub-delegados, 1969-70, maço 5807, fl. 64.

Deixar-se furtar, ou mesmo simplesmente procurar um outro dono era uma brecha a mais por onde o escravo podia tentar uma melhoria nas condições de vida, seja pela mobilidade ocupacional, seja por uma melhor alimentação, vestuário etc. O furto de escravos está constantemente ligado à idéia de “sedução” do cativo pelo ladrão, e é um fato também que alguns engenhos realmente “acoutavam” escravos alheios.⁴²

O fim da vida em liberdade acabou acontecendo para muitos escravos recuperados por seus proprietários. O preto de nome Francisco, nação Congo, 40 anos, estatura ordinária, bexigoso, com um dedo da mão direita aleijado, com o ofício de surrador de couro, foi preso na Vila de Minas do Rio de Contas. Francisco declarara ser escravo de João Nogueira, e estar fugido desde 1834. A notícia no *Correio Mercantil* dando conta de sua captura foi publicada em 26 de março de 1847, o que significa que ele estava desaparecido há aproximadamente treze anos. Apesar de não contarmos com maiores informações sobre a vida de Francisco durante os anos em que viveu longe do cativo, podemos inferir ser pouco provável que o africano não tivesse construído laços familiares e/ou relacionamentos afetivos durante tal período, sendo estes desfeitos com sua captura.⁴³

O mesmo poderíamos deduzir para um outro caso. Em correspondência expedida por autoridade policial do Distrito da Casca, da Villa d’Areia, para o delegado de Santo Amaro, em 22 de junho de 1878, tomamos conhecimento da prisão de um preto que, a princípio, dizia ser Marciano José dos Santos, mas acabou declarando chamar-se Gonçalo e estar fugido há 22 anos do poder de sua senhora, a viúva D. Maria, proprietária do Engenho Pitanga, em Santo Amaro. Gonçalo evadiu-se do engenho um ano depois da epidemia de cólera-morbo, ocorrida na Bahia em 1855-56, aproveitando-se do clima conturbado que tomou conta de toda a província. Ele fugiu em companhia de um primo chamado Vicente e de Mariano, seu irmão.⁴⁴

A autoridade policial da localidade onde foi encontrado o escravo solicitou ao delegado de Santo Amaro que empregasse as necessárias

⁴² Ver Carvalho, “Quem furta mais e esconde”, p. 97; ver, ainda, Reis, “Escravos e coiteiros”.

⁴³ *Correio Mercantil*, 26 mar. 1847, p. 3.

diligências, a fim de que a referida senhora ou seus herdeiros se apresentassem para reclamá-lo por intermédio daquela repartição, mediante a competente prova de domínio do escravo fugido.⁴⁵

Aqueles que pensaram estar definitivamente livres do cativo e foram obrigados a ele retornar, depois de muitos anos em liberdade, certamente experimentaram uma desilusão extrema, ao ver findar seus projetos de viver a liberdade em família. Houve quem preferiu buscar a morte, concebendo-a como uma forma de libertação, uma fuga da vida cruel que levava. Veja-se a notícia abaixo, de 1862:

Recebemos o *Lidador* de Sto. Amaro de 21 do corrente.

Lê-se n'essa folha:

‘Que barbaridade! — em um desses ultimos dias apparecerão em um tanque do engenho Preguiça, propriedade do Sr. commdor. Paranhos seis cadaveres, cinco dos quaes se achavão amarrados. Referem-nos que erão mãe e filhos, e contão-nos o facto pela maneira seguinte: Essa preta homisiara-se no engenho Brejo, quando propriedade do capitão José Francisco de Pinho, ahi passando sempre por forra, tivera esses filhos. Agora, porém, chegando ao seu conhecimento, que o senhor fora sabedor de achar-se ella alli, e que de certo a viria buscar, não querendo mais sugeitar-se ao captivo, manietara os filhos e os lançara a afogar no tanque, e depois se atirara tambem. Accrescentão, que a preta tivera cumplice no seu horrivel attentado, visto como os filhos já tinham idade e forças para resistir a esse acto contra suas existencias. A policia tendo noticia de similhante acontecimento, para lá seguiu a proceder corpo de delicto, cujo resultado ainda ignoramos!⁴⁶

Terminamos com essa nota trágica este artigo em que discutimos um pouco sobre o desejo de liberdade e de vida familiar do escravizado na Bahia do século XIX. Buscamos aqui demonstrar que homens e

⁴⁴ Sobre a epidemia do cólera na Bahia ver, Onildo Reis David, *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia no século XIX*, Salvador/Brasília, EDUFBA/Sarah Letras, 1996. Por sinal, foi na documentação policial que o autor encontrou Manoel da Paixão, escravo crioulo de 12 anos, que, em 1855, durante a epidemia do cólera, fugiu de Salvador em busca de sua mãe Felismina, escrava em um engenho de Santo Amaro, no Recôncavo, p. 68.

⁴⁵ APEB, 1877-78, maço 5835.

⁴⁶ IGHB-*Diário da Bahia*, n. 143 (6ª feira), 27/06/1862, fl. 02.

mulheres submetidos à escravidão lutaram com audácia pela preservação de suas famílias e relações afetivas, uma história de homens, mulheres e crianças que não se acomodaram e, se alguns acabaram por desesperar, a maioria continuou resistindo.

Nos deparamos assim com fugas de escravos “casados”, “amásios”, “camaradas”, de mulheres “grávidas”, “pejadas”, “as vésperas de parir”, com filhos — que muito raramente deixavam para trás —, além de “irmãos” e até “primos”. Foram fugas em família, para ir ao encontro da família, em prol da família e muitas vezes tendo familiares como cúmplices. Constatamos que os escravos percorreram pequenas e grandes distâncias com parentes ou em busca deles. Foram fugas do campo para a cidade, da cidade para o campo, dentro do Recôncavo baiano, entre o norte e sul da Bahia e até mesmo entre esta e outras províncias do Império. Nessa história, a família e as afetividades escravas, em lugar de serem fator de acomodação, representaram motivo de rebeldia.